

A Formação Docente e o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas

Inalda Maria dos Santos
inaldasantos@uol.com.br
Universidade Federal de Alagoas

Edna Cristina do Prado
wiledna@uol.com.br
Universidade Federal de Alagoas

GT 5: A Importância da Formação de Professores para o Desenvolvimento

Resumo

O presente texto apresenta um estudo de natureza qualitativa que teve como objetivo realizar uma análise da contribuição do Curso de Pedagogia para a formação docente. Para tanto, tomou-se como base a análise dos documentos oficiais sobre a formação de professores no Brasil nos últimos 15 anos. Neste sentido, o texto está organizado além da introdução e considerações em duas seções. A primeira seção apresenta uma análise crítica sobre a fundamentos da formação docente e a identidade do Pedagogo, bem como dos dispositivos legais, tendo como referência estudiosos na área como Libâneo (2012), Pimenta (1996), Aguiar et.al (2006), Tanuri (2008) dentre outros. A segunda seção contextualiza o debate em torno da discussão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas resgatando o processo de reformulação do curso em 2006 e trazendo no momento atual o debate sobre a revisão do projeto político pedagógico do referido curso. Nas considerações finais, encontram-se as reflexões acerca dos desafios para se pensar o formato do curso e sua identidade para a formação dos futuros pedagogos.

Palavras-chave: Formação docente – Curso de Pedagogia – UFAL

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta um estudo de natureza qualitativa que teve como objetivo realizar uma análise da contribuição do Curso de Pedagogia para a formação docente. Para tanto, tomou-se como base a análise dos documentos oficiais sobre a formação de professores no Brasil nos últimos 15 anos.

O debate em torno da formação de professores vem passando por avanços significativos se considerarmos que a profissão de professor teve o seu reconhecimento tardio, haja vista as medidas para profissionalização que teve início com a criação das escolas normais e a progressiva exigência de qualificação para a atuação no campo do magistério, de modo especial, com a Lei de Diretrizes e Bases Nacional – Lei n. 9.394/96 que exige a formação do professor em nível superior – tanto na Pedagogia como nas demais licenciaturas.

No entanto, há muito a se avançar na garantia de uma formação inicial e com condições de exercício da profissão como chama atenção Tanuri (2000):

Apesar de todas as iniciativas registradas nas duas últimas décadas [do século xx], o esforço ainda se configurava bastante pequeno no sentido de investir de modo consistente e efetivo na qualidade da formação docente. O mais grave é que as falhas na política de formação se faziam acompanhar de ausência de ações governamentais adequadas pertinentes à carreira e à remuneração do professor, o que acabava por se refletir na desvalorização social da profissão docente, com consequências drásticas para a qualidade do ensino em todos os níveis (p.85)

A aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) – Lei n. 11.738/2008 trouxe um avanço na política de valorização dos profissionais da educação por prevê no seu art. 5.º que *o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009*. Cabendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborarem ou adequarem seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério com vista a cumprir o que determina a lei (Art. 6.º).

No decorrer deste texto problematizaremos a formação docente e o papel do Curso de Pedagogia tomando como base os estudiosos da área (LIBÂNEO, 2012); PIMENTA, 1996; AGUIAR ET.AL, 2006; TANURI; 2008), refletindo, ainda, sobre o processo de revisão do projeto político pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, como instituição formadora.

2. FORMAÇÃO DOCENTE E A IDENTIDADE DO PEDAGOGO

Repensar o Curso de Pedagogia e seu papel social na formação dos futuros pedagogos, constitui o cerne de discussão que se pretende desenvolver neste texto. Neste sentido, adentrar nas questões de fundo como currículo e o perfil formativo do Curso é fundamental quando falamos em formação de professores.

O perfil formativo do Curso de Pedagogia perpassa o embate entre licenciatura x bacharelado, que vem à tona quando se fala da identidade do curso. A identidade passa pela compreensão das atribuições do pedagogo/professor, daquilo que se espera que seja capaz de exercer. Neste sentido, assumimos aqui a identidade do pedagogo como a

docência como base, tanto da formação quanto da identidade dos profissionais da educação, insere-se na sua compreensão como ato educativo intencional voltado para o trabalho pedagógico escolar ou não-escolar. A prática docente, portanto, é assumida como eixo central da profissionalização no campo educacional, mobilizadora da teoria pedagógica. (SCHEIBE, 2007, p.59)

Discorrendo sobre o conceito de identidade profissional, Pimenta (1996) o constrói aproximando-o da prática e vivência da profissão do professor. Como se vê abaixo:

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque prenes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus valores, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim, como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (p. 76)

Uma discussão interessante suscitada por Pimenta (1996), já chamava atenção nos cursos de formação de professores, no que diz respeito a sua formação inicial, a problemática dos saberes da docência (saberes da experiência, os saberes científicos e os saberes pedagógicos) que envolve a construção da prática pedagógica dos professores. A autora alerta ainda que os saberes da docência tem sido trabalhados de forma desarticulada e fragmentada nos cursos de formação de professores.

Pensar no currículo é outro grande desafio no formato do Curso de Pedagogia. Porém, partimos do entendimento de que a educação é um processo amplo e complexo, por isso a formação do futuro pedagogo encontra limites; pois, é impossível desenhar um currículo que contemple todas as dimensões do processo educativo. Daí que, cada currículo reflete a(s) demanda(s) em vigor. Mesmo tendo conhecimento de que este é sempre inconcluso e imperfeito.

Nessa direção Silva Júnior (2012), chama atenção para uma questão importante quando se fala de formação de professores, trata da *formação centrada na escola*¹, uma vez que é nela que o trabalho pedagógico acontece. Nesse sentido, adverte que:

Organizar um projeto de formação para a educação básica não pode se restringir, assim, a definir quais conhecimentos devem ser ensinados nesse momento obrigatório da vida escolar. Formar professores para a educação básica significa, antes de tudo, tomar a própria educação básica como objeto preferencial de estudo. Ao fazê-lo, temos que considerar os valores que explicitem o sentido da vida humana, ou seja, os direitos de inserção nos bens sociais e culturais (p.96)

Em uma pesquisa realizada por Cruz (2011), sobre o “*Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais*” a autora traçou a trajetória histórica do Curso, destacando a partir de dados da pesquisa, depoimentos de 17 sujeitos entrevistados sobre sua percepção sobre o curso e sua formação. Trata-se de uma das referências interessantes que aborda a temática, posto que busca o diálogo entre teoria e prática no processo formativo no contexto do Curso de Pedagogia, sem deixar de mencionar as limitações e dificuldades contidas no curso ao longo da sua história. Neste cenário, a autora sintetiza que o

Curso de Pedagogia, ao formar o professor, não pode abster-se de formar o pedagogo. E formar o pedagogo requer considerar essencialmente a dimensão teórico-prática da educação. De acordo com a investigação realizada, a teorização sobre a educação e a formação humana constitui a força principal do Curso de Pedagogia no Brasil, em seus tempos iniciais. A análise das mutações observadas no curso ao longo da sua trajetória aponta que a teoria perdeu força, sem que outra dimensão se fortalecesse. Se o conhecimento da pedagogia se estrutura em torno da prática educativa, buscando afirmar-se como teorização dessa prática, a teoria e a prática da educação representam o seu eixo nuclear, a ser assumida na formação dos pedagogos. Nem só teoria, nem só prática, mas teoria e prática da educação (p. 205-206)

¹ Lembra que o movimento da formação centrada na escola é uma tradição em Portugal.

A problemática sobre o campo de atuação do Pedagogo é profunda e complexa. Uma perspectiva de análise da *identidade epistemológica do pedagogo* é apresentada por Libâneo (2012) quando argumenta que:

a pedagogia é uma reflexão sistemática sobre as práticas educativas e para a ação educativa, teoria e prática da educação, tendo como objeto de estudo a prática educativa, ou melhor, as práticas educativas. O uso da expressão “práticas educativas” ao invés de “educação” traduz melhor a dimensão eminentemente prática da educação. Ela facilita entender, por exemplo, que a educação não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola (p.12)

No entanto, há posições divergentes em que vê a atuação do pedagogo centrado na docência, o que implica sua atuação vinculada ao trabalho pedagógico que ocorre no âmbito da educação escolar. E é nessa direção que tanto a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) quanto às definições das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia vem orientando para a formação e organização curricular.

Nessa direção, a docência contida como eixo central da formação que é apresentada na “DCN-Pedagogia não é entendida no sentido restrito do *ato de ministrar aulas*. O sentido da docência é ampliado, uma vez que se articula à ideia de *trabalho pedagógico*, a ser desenvolvido em espaços escolares e não-escolares” (AGUIAR, et al. 2006).

3. CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS EM QUESTÃO: DA REFORMULAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem suas origens no ano de 1952 por meio da autorização do Decreto Federal nº. 37.599 de 12/07/1955, publicado em 01/09/1955 e o seu reconhecimento se deu pelo Decreto Federal nº. 49.849 de 07/01/1961, publicado em 10/02/1961.

O curso oferece 120 vagas/ano, funciona nos três turnos em regime semestral e tem um total de 3.500horas. Destina-se à formação de licenciados para exercer o magistério na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 01/2006), o Curso de Pedagogia do Centro de Educação (CEDU) parte do pressuposto de que:

- o curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social;
- a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação;
- os processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros e que
- o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escola (CEDU/UFAL, 2006, p.32)

Desde a sua criação, o Curso tem como função social a formação de Pedagogos para a sociedade alagoana, voltada principalmente, para atender as demandas da escola pública. A Universidade vem exercendo seu papel de ensino, pesquisa e extensão no contexto de demandas precárias do Estado na oferta de serviços públicos para a população, principalmente levando em consideração os baixos índices educacionais historicamente registrados nos dados sobre a educação em Alagoas. Neste sentido, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) juntamente com a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) constitui as duas instituições públicas de formação de professores, o que fortalece a urgência de uma formação consistente que atenda as necessidades da população.

Atualmente, o Curso vem passando por um processo de revisão do projeto político-pedagógico do curso, tendo em vista as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial para Professores da Educação Básica. Esse processo desde 2011 vem no âmbito do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, sendo discutido com professores, alunos e equipe diretiva nos grupos de trabalho e reuniões para rever e propor mudanças do ponto de vista das concepções e organização curricular. Especificamente, por meio do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Unidade Acadêmica que tem a função da coordenação de avaliação, acompanhamento e sistematização do projeto político-pedagógico do Curso, acolhendo as propostas advindas desses espaços e incorporar ao documento final, que ora se encontra em processo de reformulação.

Com base na Resolução do Conselho Nacional de Educação de n. 2, de 01 de julho de 2015, que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para

graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”, estabelece no seu Artigo 13 § 2º que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Em sintonia com essa determinação, a Universidade Federal de Alagoas por meio de um Memorando Circular 492/2016, estabelece as orientações e esclarecimentos acerca da atualização dos cursos de licenciatura da UFAL e prevê que:

Os Projetos pedagógicos devem atender às Diretrizes, resoluções e portarias vigentes, relacionadas a cada curso, de modo a deixar claro o perfil de discente a ser formado, a partir da garantia da carga horária mínima obrigatória. Também deve prever os estágios, a curricularização da extensão, a parte flexível, o trabalho de conclusão de curso, dentre outros aspectos (p. 02).

Diante dessas novas prescrições, a Universidade tem encontrado vários desafios para atender ao que orienta a Resolução 02/2015, uma vez que além da carência de professores concursados, há também a necessidade de docentes com formação específica para atender os componentes curriculares como a inclusão da educação especial, a educação em direitos humanos, as diversidades étnico-racial, o ensino de Libras, a educação ambiental etc. Esse é um grande desafio não somente para o curso de Pedagogia, mas também para todas as licenciaturas onde há uma carência de professores com esse conhecimento pedagógico específico.

Além disso, não podemos esquecer que a materialidade de um currículo é fundamental a presença da pesquisa e extensão como espaços de produção de conhecimento que articulado ao ensino fortalece a formação do futuro professor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente requer um investimento ainda considerável tanto do ponto de visto do poder público quanto do próprio professor, pois a formação é um processo

contínuo que envolve toda trajetória docente, desde a sua formação inicial e durante toda a carreira, mediante a formação continuada. Sem esquecer, de um plano de cargos e carreira atrativo e que proporcione condições favoráveis para a realização de um trabalho pedagógico qualitativo.

Sobre o processo de avaliação do Curso de Pedagogia (PPC), dentre as demandas formativas a ser incorporado na matriz curricular estão os componentes exigidos por força de lei como as relações étnico-raciais, a educação como direito humano, o ensino de Libras etc... O que requer professores qualificados e efetivos vinculados ao quadro docente em quantidade suficiente para dar conta das demandas da Pedagogia e de todas as licenciaturas, o que encontra obstáculo dada a escassez de concurso na universidade pública e as condições de trabalho.

No tocante a realidade do projeto pedagógico do Curso de Pedagogia da UFAL que está em processo de revisão, ressalta-se ainda a necessidade de distribuição da carga horária dos estágios do ensino médio (no curso de magistério) uma vez que foi extinto o campo de estágio (não existe mais escola normal na capital, somente no interior); a curricularização da extensão e a discussão dos Projetos Integradores como eixo articulador das disciplinas, dentre outros aspectos.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; BRZEZINSKI, Iría; FREITAS, Helena Costa L.; SILVA, Marcelo Soares Pereira da & PINTO, Ivany Rodrigues (2006). Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. In: Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819-842. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CRUZ, Giseli Barreto (2011). Curso de Pedagogia no Brasil: História e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak Editora.

SCHEIBE, Leda (2007). Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: Trajetória longa e inconclusa. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 130, jan/abril.

PIMENTA, Selma Garrido (1996). Formação de Professores – Saberes da docência e identidade do professor. Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v.22, n.2, p.72-79, jul/dez.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2006). Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

LIBÂNEO, José Carlos (2012). Identidade da Pedagoga e Identidade do Pedagogo. In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino, CORDEIRO, Ana Paula & MILANEZ, Simone Ghedini Costa (orgs.). Formação da Pedagoga e do Pedagogo: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

MEC/CNE (2015). Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. O Presidente do Conselho Nacional de Educação.

UFAL (2016). Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia. Maceió.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (2012). Gestão da Educação e Organização do Trabalho na Escola: (Inter)relações com a formação do(a) pedagogo (a). In: BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino, CORDEIRO, Ana Paula & MILANEZ, Simone Ghedini Costa (orgs.). Formação da Pedagoga e do Pedagogo: pressupostos e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

TANURI, Leonor Maria (2000). História da Formação de Professores. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf.